

# Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 11 a 15 de outubro, em Brasília.

## DESAFIOS NO SENADO, DISCUSSÃO SOBRE COMBUSTÍVEIS & PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL

**Em semana encurtada pelo feriado, o Planalto redobra articulação junto aos senadores.** Nesta terça (12), completam-se três meses que o ministro Marco Aurélio, do STF, se aposentou e o indicado para ocupar sua cadeira, André Mendonça, ainda não foi sabatinado. A demora ocorre em razão da oposição do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM/AP), ao nome de Mendonça.

**A situação, além de constranger o Executivo, pode ocasionar novas divergências com o Senado.** Alcolumbre e seus aliados desejam que o Presidente da República retire a indicação de Mendonça e sugira outro nome, no entanto, caso o fizesse, Bolsonaro assumiria uma derrota e ainda se indisporia com os evangélicos, apoiadores importantes do Governo e próximos de Mendonça. Nesse impasse, a relação do Planalto com o Senado – *já fragilizada em razão de divergências frequentes em matérias importantes* – pode se tornar mais delicada nas próximas semanas, caso Alcolumbre insista em não pautar a indicação.

**Na Câmara, a expectativa é de que as discussões sobre os combustíveis avancem.** O

tema se tornou um dos itens prioritários para o Governo, que conta com o empenho pessoal do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), mas ainda depende de acordo. A escalada do preço dos combustíveis e da energia é mais um elemento que tem contribuído para a queda de popularidade de Bolsonaro.

**Também é esperado para esta semana o relatório da Medida Provisória sobre o Auxílio Brasil.** O programa substitui o Bolsa Família e pretende aumentar o valor dos benefícios, sendo um dos principais projetos do Governo voltados para as famílias mais vulneráveis – *a matéria está sob a relatoria do deputado Marcelo Aro (PP/MG).*

**Ainda nesta semana, continuam as discussões sobre o futuro partidário de Bolsonaro.** Sem partido desde o final de 2019 e após a tentativa de criação de uma nova legenda não ter prosperado, o Presidente da República tem discutido com seus principais aliados sobre a legenda a qual deve se filiar. Atualmente, o PP é a sigla que mais tem cortejado a filiação de Bolsonaro – *especialmente com o apoio de Arthur Lira e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.* Por outro lado, o PTB também pleiteia a filiação do Presidente e enfrenta conflitos internos para pavimentar eventual filiação.

## Destaque da Semana

Segunda

- O ministro [Paulo Guedes](#) (Economia) viajou para Washington DC/EUA, onde participará da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e reuniões de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais do G-20.

## Poder Executivo

ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro - Paulo Guedes** viajou, nesta segunda (11), para Washington D.C./EUA, onde participará da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e reuniões de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais do G-20.

**BACEN**  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** reuniu-se, nesta segunda (11), com Hiro Hyakutome, CEO do Banco Sumitomo em New York/EUA, Achilles Suarez, CEO do Brasil do Banco Sumitomo, e Daniela Serpa, Chefe do Banco Sumitomo, para discussões sobre o cenário econômico global, por videoconferência. Ademais, reuniu-se com o Jose Viñals, Presidente do Banco Standard Chatered PLC, por videoconferência.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 manteve-se em US\$ 70 bilhões de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 subiu de 8,51% para 8,59%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em 5,04% para 2021. O mercado financeiro elevou de 8,5% para 8,75% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 subiu de R\$ 5,20 para R\$ 5,25.

**MEC**  
Ministério da Educação

**Agenda do Ministro – Milton Ribeiro** participou, nesta segunda (11), de uma cerimônia de homenagem ao dia do professor, em São Vicente/SP.

## Poder Legislativo

**Câmara dos Deputados**

O Plenário da **Câmara dos Deputados** deve ter sua pauta definida em reunião de líderes na quarta, mas devem constar, entre outros, o [PLP 11/2020](#), que prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual; e a [MPV 1055/2021](#), que institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos.

**Senado Federal**

O Plenário do **Senado Federal** pode apreciar, entre outros, o [PL 1869/2021](#), que altera o Código Florestal e demais legislações correlatas, para definir o conceito de áreas urbanas consolidadas e dispor sobre as faixas marginais de qualquer curso d'água, bem como trata da consolidação das obras já finalizadas nessas áreas; e o [PL 1417/2021](#), dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2021.

## Comissões

**TECNOLOGIA**

Câmara | CE | Quarta (13) | 09h00

<p>Comparecimento de ministro de Estado</p>	<p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Educação recebe esta semana o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, <b>Marcos Pontes</b>, para que preste esclarecimentos referente às informações arquivadas no <u>servidor danificado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)</u>, no qual estão armazenados os dados da Plataforma <i>Lattes</i> e explicar a <u>reunião com deputada neonazista</u>, que foi recebida oficialmente no MCTI.</p>
<p><b>ORÇAMENTO</b></p> <p>PEC 122/2015</p>	<p>Câmara   PEC12215   Quarta (13)   14h00</p> <p><b>Reunião</b> – A Comissão Especial destinada a proferir parecer à <u>PEC 122/2015</u>, que veda <u>encargo sem previsão orçamento</u>, realiza reunião para instalação e eleição do presidente e vice-presidente.</p>
<p><b>MEIO AMBIENTE</b></p> <p>Emenda Kigali – Protocolo de Montreal</p> <p>Créditos de Descarbonização</p>	<p>Câmara   CREDN   Quarta (13)   10h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promove esta semana audiência pública para debater o <u>PDL 1100/2018</u>, que aprova o texto da <u>Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio</u>, adotado em Kigali, Ruanda, em outubro de 2016. Dentre os convidados, a especialista sênior do Painel Assessor de Tecnologia e Economia do Protocolo de Montreal, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, <b>Suely Machado Carvalho</b>; o presidente da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA), <b>Arnaldo Basile</b>; e, representando a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS), <b>Luís Zanardi</b>.</p> <p>Câmara   CAPADR   Quinta (14)   14h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promove audiência pública sobre a <u>distribuição dos Créditos de Descarbonização (PL 3149/2020)</u>. Participam do debate, dentre outros, o presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), <b>Ênio Jaime Fernandes Júnior</b>; o presidente da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio), <b>Renato Cunha</b>; e o presidente a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (ORPLANA), <b>Gustavo Rattes de Castro</b>.</p>
<p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>Educação Inclusiva</p>	<p>Câmara   CPD   Sexta (15)   14h00</p> <p><b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência debate em audiência pública o <u>impacto das falas discriminatórias do Ministro da Educação contra estudantes, crianças e adolescentes com deficiência</u>. Entre os convidados, representante da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID); e, representando a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) e Professora da UDESC, <b>Geovana Lunardi Mendes</b>.</p>

## Política

**Centrão quer novo nome para o STF e abre crise entre evangélicos e Bolsonaro.** O centrão quer indicar um novo nome para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal, abrindo uma crise entre o governo de Jair Bolsonaro e líderes de um dos últimos redutos de popularidade do presidente, os evangélicos. Uma articulação dos principais ministros do grupo que comanda a Câmara dos Deputados busca viabilizar o nome de Alexandre Cordeiro de Macedo, o presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Fonte: Folha de S. Paulo

**Presidente do Novo diz que partido 'não vai estar com Bolsonaro'.** O presidente do partido Novo, Eduardo Ribeiro, disse que a sigla não apoiará a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na disputa de 2022 e que está "a caminho da 3ª via". A declaração foi feita em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. "É equivocado dizer que não está claro se o partido está ou não com Bolsonaro. Isso está pacificado dentro do partido. O Novo não vai estar com Bolsonaro", afirmou Ribeiro. Eduardo Ribeiro é filiado ao Novo desde 2015 e assumiu a presidência nacional da sigla em março de 2020, quando João Amoêdo deixou voluntariamente o cargo. Fonte: Poder 360

**Novas regras de improbidade vão à sanção.** A Câmara dos Deputados concluiu, na semana passada, a votação das emendas do Senado ao projeto de lei que estabelece novas regras para os processos por improbidade administrativa (PL 2505/2021). Com isso, o projeto segue para sanção presidencial. Apesar da aprovação nas duas Casas, o projeto recebeu várias críticas por supostamente enfraquecer as ferramentas de combate à má gestão pública. São atos de improbidade administrativa aqueles que causam enriquecimento ilícito do agente público, lesão ao erário ou violação dos princípios e deveres da administração pública. A principal inovação do projeto está em determinar que a improbidade só poderá ser caracterizada quando houver comprovação de dolo do gestor - ou seja, quando ficar provado que houve intenção maliciosa, e não apenas imprudência ou negligência. Fonte: Agência Senado

**Orçamento e acordos consolidam poder de Arthur Lira.** Na terça-feira passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), viajou para Roma, onde participou de encontro de presidentes de parlamentos do G-20, o grupo das 20 maiores economias. O deputado e líder do Centrão tinha dado aval para sua base de influência se aliar a opositores na aprovação, no dia seguinte, da proposta de convocar o ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar investimentos pessoais no exterior. A sessão expôs a situação incômoda vivida pelo governo, hoje refém de seu principal aliado no Legislativo, e o momento confortável de Lira, que passou uma semana participando de conversas com lideranças internacionais. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Sabatina de André Mendonça no Senado tende a ser adiada para novembro.** Mesmo diante da pressão de parte de senadores para que André Mendonça, ex-advogado-geral da União, seja sabatinado no Senado neste mês, o governo recebeu a sinalização de que o processo só ocorrerá em novembro. Até lá, com o encerramento da CPI da Covid e a consequente diminuição na temperatura política na Casa, governistas esperam que Mendonça seja aprovado para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) com mais tranquilidade. Alguns senadores resistentes à aprovação do nome indicado pelo presidente Jair Bolsonaro já começaram a rever o posicionamento. Há acordos em curso que envolvem a execução de emendas. O tema, no entanto, ainda inspira preocupação entre os governistas. Fonte: Valor Econômico

**Senadores avaliam estender CPI para ouvir a Conitec.** Senadores do grupo majoritário da CPI da Covid avaliam estender os trabalhos da comissão até que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) se manifeste oficialmente sobre o uso do chamado kit covid para tratar pacientes leves ou em ambiente ambulatorial. O relatório sobre a eficácia do kit covid, encomendado pelo governo à Conitec, foi tirado de pauta da reunião da última semana por pressão do governo. O motivo foi a conclusão do estudo: o kit covid não é recomendado para tratar a doença, nem em casos leves. A Conitec já havia concluído, em outro estudo, que casos graves também não devem ser tratados com os medicamentos do kit. A continuidade dos trabalhos da CPI seria uma forma de pressão para que o governo não engavete o relatório da Conitec. Fonte: G1 Notícias

**Renan diz a jornal que relatório da CPI vai apontar onze crimes de Bolsonaro.** O relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou em entrevista ao jornal “Folha de S.Paulo” que o parecer final da comissão vai apontar pelo menos onze crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia. Segundo Renan, o presidente será um dos três personagens centrais do relatório. O documento será apresentado no dia 19. Os outros dois são o ex-ministro da Saúde general Eduardo Pazuello e o braço direito de Pazuello, o coronel Élcio Franco. “Eles [três] tiveram participações comprovadas na materialização do que aconteceu no Brasil e no custo que se pagou com vidas”, explicou Renan. O relator da CPI não detalhou os crimes em que Bolsonaro será enquadrado, mas afirmou que “avança” entre os senadores a hipótese de usar para parte dos indiciados a figura do “homicídio comissivo”, ou seja, por omissão. Fonte: Valor Econômico

**Filiação ao PP não é unanimidade no entorno de Bolsonaro.** As movimentações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a fusão de PSL e DEM pressionaram Bolsonaro a acelerar sua busca por um novo partido. Nesta semana, Bolsonaro colocou um pé no PP, ao qual já foi filiado por 11 anos. Integrantes da sigla dão como certo o embarque do presidente. Porém, pesa nesse contexto a imprevisibilidade do chefe do Executivo, que pode mudar de ideia a qualquer momento. Em seu périplo pelos partidos, Bolsonaro já desistiu de alianças tidas como irrevogáveis. Por exemplo, confirmou a lideranças do Partido da Mulher Brasileira que se filiaria à sigla. Fonte: Poder 360

**PTB decide formalizar convite a Jair Bolsonaro para filiação no partido.** O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) anunciou na sexta (8) que decidiu enviar um convite formal ao presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), para a sua filiação à legenda, o que tornará possível a sua candidatura à reeleição. Em nota, o PTB diz que a decisão foi tomada em reunião na última semana e teve aprovação dos 26 presidentes de diretórios estaduais e da vice-presidente do partido, Graciela Nienov, que falou em nome do presidente da sigla, Roberto Jefferson. Ele está preso desde agosto por decisão do ministro do STF (Superior Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Fonte: Poder 360

## Economia

**Offshore põe Paulo Guedes no centro da agenda política da semana.** A agenda política da semana que se inicia tem um foco: Paulo Roberto Nunes Guedes. O ministro da Economia foi convocado para explicar à Câmara dos Deputados a offshore que mantém em paraíso fiscal. Ainda não há data marcada para o depoimento aos deputados. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve tomar uma decisão na terça-feira (12), quando chega a Brasília depois de viagem à Itália. A ida de Guedes à Casa pode ficar para a 2ª quinzena de outubro. Com a indefinição, o ministro preserva o plano de ir a Washington para reunião anual do FMI (Fundo Monetário Internacional), de 11 a 14 de outubro. Não bateu o martelo sobre o dia que embarca. Fonte: Poder 360

**Guedes viaja a Washington para participar de reunião do FMI e Banco Mundial.** O ministro da Economia, Paulo Guedes, viajou na segunda-feira para Washington para participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Guedes tem agenda no exterior até quinta-feira. Na capital dos Estados Unidos, Guedes ainda tem reuniões com ministros da Fazenda e presidentes de banco centrais de países do G20. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, também participará da reunião do FMI e do Banco Mundial, além de encontros e palestras com investidores institucionais. Fonte: O Globo

**Vídeo propondo demissão de Guedes circula em grupo de mensagens de ministros.** Um vídeo do economista Eduardo Moreira que propõe a demissão de Paulo Guedes (ministro da Economia) e Campos Neto (presidente do Banco Central) circula em grupo de mensagens de ministros e altos integrantes do governo. A pressão sobre os responsáveis pela política econômica aumentou ao longo da semana com a descoberta de que eles mantêm offshores em paraísos fiscais enquanto atuam no setor público, principalmente sobre Guedes. Fonte: Poder 360

**Mansueto Almeida, hoje no BTG, é citado dentro do governo para o lugar de Guedes.** O economista Mansueto Almeida tem sido citado dentro do governo como possível substituto de Paulo Guedes no Ministério da Economia. Mansueto atuou como secretário do Tesouro Nacional até julho do ano passado. É economista-



chefe do banco BTG Pactual. Mansueto tem credibilidade e alta reputação no mercado financeiro e conhece o presidente Jair Bolsonaro. Segundo apurou o Poder360, o economista é visto como a solução ideal para acalmar o mercado, dar segurança em relação às contas públicas e ajudar a reduzir o efeito político que tem elevado a cotação do dólar. Fonte: Poder 360

## **Movimento empresarial nega autoria de pedido de flexibilização ambiental feito pela Economia.**

Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma organização da sociedade civil formada por 63 empresas de grande porte, enviou um ofício na sexta-feira, 8, ao Ministério da Economia, para negar que tenha solicitado qualquer tipo de flexibilização da legislação ambiental no País. Entre as companhias que formam o movimento estão nomes como Itaú, JBS, Braskem e Google. Reportagem publicada pelo Estadão no dia 22 de setembro revelou que o Ministério da Economia enviou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) uma série de propostas de alterações de regras de licenciamento, com o propósito de “transformar a produtividade e competitividade do País”. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Mercado financeiro aponta que inflação deve fechar o ano em 8,59%.** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação das famílias, deve fechar o ano com alta acumulada de 8,59%. É o que aponta o Boletim Focus, pesquisa feita junto a instituições financeiras. Ela foi divulgada na segunda-feira (11), em Brasília, pelo Banco Central (BC). É a 27ª elevação consecutiva da projeção. A inflação prevista é 0,08 ponto percentual maior do que a da última semana, quando o índice ficou em 8,51%. A meta de inflação de 2021, perseguida pelo BC, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Para 2022, a estimativa de inflação subiu para 4,17%, ante os 4,14% registrados na semana passada. É a 12ª alta seguida na projeção, que está ligeiramente acima da meta para o próximo ano. Fonte: Agência Brasil

**Para IFI, PEC dos Precatórios pode impactar contas municipais e aumentar juros.** A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgou comentário sobre o texto substitutivo da PEC dos Precatórios (PEC 23/2021), apresentado recentemente na Câmara dos Deputados pelo deputado Hugo Motta. De acordo com o substitutivo, o limite para o pagamento de precatórios será de aproximadamente R\$ 40 bilhões em 2022, menos da metade dos R\$ 89 bilhões de precatórios acumulados atualmente. É o mesmo montante do acordo anunciado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, após reunião no mês passado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Arthur Lira. Precatórios são as dívidas da União reconhecidas pela Justiça, boa parte delas a serem pagas a estados e municípios. Um pedido de vista, no entanto, adiou a votação da matéria na Comissão Especial da Câmara para o dia 19 de outubro, às 14h. Para a IFI, o represamento de precatórios poderá trazer problemas para o país. Fonte: Agência Senado

**Repasse de inflação do produtor ao consumidor é desafio para todas as autoridades monetárias, diz BC.** O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou na sexta-feira (08) que os repasses de inflação do produtor para o consumidor são um desafio para as autoridades monetárias de todo o planeta. Segundo ele, esse repasse está mais baixo do que foi projetado, mas ainda é alto. Na avaliação de Campos, a transferência do consumo de serviços para bens durante a pandemia “parece ser mais persistente” do que era calculado. Fonte: Valor Econômico

## **Câmara discute ICMS do combustível, senadores negociam reformas e outros destaques da semana.**

Deputados e senadores devem dar sequência, ao longo desta semana, às articulações para aprovação de projetos relacionados à área econômica. Na Câmara, pode ser votado em plenário projeto de ICMS sobre combustíveis, caso evolua o acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em conversa com líderes da oposição, ele propôs na semana passada que o imposto estadual incida sobre o preço médio dos combustíveis nos últimos dois anos. Caberá aos Estados aplicarem a sua alíquota de ICMS sobre esse preço médio. Atualmente, o cálculo é feito a partir da média dos preços dos últimos 15 dias. Há ainda expectativa em torno da ida do ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecer sobre sua empresa offshore — revelada com base no vazamento de documentos batizados de “Pandora Papers”. Guedes foi convocado pelos deputados, mas ainda não há definição de data para ele comparecer. Fonte: Valor Econômico

**Redução da tarifa do Mercosul aliviará a inflação, diz Guedes.** A redução em 10% da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, acertada entre Brasil e Argentina, é importante para dar alívio à inflação, disse na sexta (8) o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Nos interessa muito também um choque de oferta, a inflação

está começando a subir no Brasil e nós queremos reduzir as tarifas de importação. É o momento ideal para você iniciar uma abertura maior da economia brasileira”, disse Guedes, após reunião com os chanceleres do Brasil, Carlos França, e da Argentina, Santiago Andrés. Os dois chanceleres foram comunicar ao ministro da Economia o acordo de redução da TEC. A proposta agora será encaminhada aos outros dois sócios do Mercosul, Paraguai e Uruguai, antes de ser implementada. Fonte: Agência Brasil

**136 países fecham acordo por imposto global de 15% sobre multinacionais.** A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) finalizou na sexta (8) acordo com 136 países, entre eles o Brasil, para cobrar um imposto mínimo global de 15% das multinacionais a partir de 2023. O objetivo é coibir a evasão em paraísos fiscais. Também é uma forma encontrada pelas nações para tributar grandes empresas de tecnologia. O pacto havia sido anunciado de forma preliminar em julho. Agora, recebeu agora o endosso de Estônia, Hungria e Irlanda. Fonte: Poder 360

## Reforma Tributária

**Reforma tributária investe em cinco propostas.** O avanço das discussões de reforma tributária, com apresentação do relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, põe em movimento um conjunto de pelo menos cinco proposições legislativas que formam as “fatias” da reforma tributária. São grandes as dificuldades em avançar com o conjunto, especialmente porque 2022 é ano eleitoral. Peça central da nova arquitetura tributária, a PEC 110 já levantou oposição das prefeituras de grandes cidades e das empresas do setor de serviço, principalmente. A PEC 110 reformula os tributos que incidem sobre o consumo e forma dois novos impostos, um federal e outro de Estados e municípios. Esses novos impostos têm sido chamados de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, mas o nome nem é esse. O federal se chama Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); e o dos Estados e municípios, Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) subnacional. IVA é como tributos desse tipo são chamados no exterior, por isso a terminologia é usual entre especialistas. Fonte: Valor Econômico

**Relator avalia ‘transição’ para corte de incentivos fiscais.** Como forma de amenizar a situação para empresas e segmentos importantes do mercado, o relator da reforma do Imposto de Renda (IR) no Senado, Angelo Coronel (PSD-BA), avalia estabelecer uma “transição” para o corte de incentivos tributários e também para a extinção do chamado juros de capital próprio (JCP). Uma das possibilidades na mesa de negociação é que os artigos que tratam dessas mudanças entrem em vigor somente a partir de 2023. No mesmo sentido, Coronel quer evitar a tributação do estoque de lucros e, por isso, cogita estabelecer que a nova alíquota de 15% somente possa incidir sobre os dividendos distribuídos após a publicação da lei. O relator e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), encontraram-se na quinta-feira para discutir exatamente esse tipo de ajuste no projeto. De acordo com Coronel, ainda há um longo caminho a percorrer para a construção desses acordos, mas, na sua avaliação, é preciso programar algumas dessas alterações com certa previsibilidade por conta da pandemia, o que afetou diversos setores econômicos do país. “Estamos estudando prazo de transição para o corte de incentivos em virtude dos efeitos da pandemia e, da mesma forma, em relação aos juros de capital próprio”, explicou. Fonte: Valor Econômico

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (13), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está a continuação do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona alguns pontos da Reforma Trabalhista, em que os perdedores das ações ficam responsabilizados a pagar os honorários periciais, custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo dia, o Plenário retoma o julgamento da ADI ajuizada contra o chamado orçamento impositivo para a saúde. Fonte: STF

**STF: Maioria vota para Justiça Federal julgar ação rescisória da União.** Seis dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideram que cabe à Justiça Federal julgar ação rescisória da União,

quando ela tenta rescindir decisão de juiz estadual. O julgamento foi encerrado na quinta à meia-noite no Plenário Virtual. O julgamento é importante porque a ação rescisória é usada para a contestação de decisão final da Justiça, contra a qual não caberia mais recurso. No caso analisado, a União ajuizou ação rescisória na condição de terceira interessada, perante o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS), para desconstituir uma sentença do Juízo da 4ª Vara de Família da Comarca de Campo Grande (MS). Na ação, alegou prejuízo à União em razão de conluio de filhos em uma execução (cobrança) de prestação alimentícia contra o pai (RE 598650). Fonte: Valor Econômico

**Empresas pressionam STF por créditos de PIS/Cofins.** Após receber inúmeros pedidos de bancas de advocacia e entidades empresariais, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), recuou e retirou da pauta o processo sobre a sistemática de créditos de PIS e Cofins. A discussão estava prevista para iniciar, no Plenário Virtual da Corte, na sexta-feira e terminaria no dia 18. A União pode perder R\$ 94,5 bilhões por ano em arrecadação, se os ministros entenderem que não há qualquer tipo de restrição para a tomada de créditos. Se tiver que devolver o que os contribuintes pagaram nos últimos cinco anos, o impacto fica ainda maior: R\$ 472 bilhões. A estimativa é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Fonte: Valor Econômico

**STF arquiva pedido de investigação contra ministros sobre offshores.** O ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou dois pedidos enviados à Corte para que fosse aberta uma investigação sobre as empresas offshore do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Um dos pedidos de abertura de apuração é de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O outro pedido similar foi apresentado pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed). A existência de offshores no nome de Guedes e de Campos Neto foi revelada pelo Pandora Papers, investigação de um consórcio internacional de jornalistas com base em documentos vazados de 14 escritórios internacionais de abertura de empresas em paraísos fiscais no exterior. As matérias citam figuras públicas como políticos e até cantores e monarcas. As duas autoridades brasileiras alegam que as contas no exterior foram declaradas à Receita Federal e que não haveria irregularidade nas operações. Fonte: Agência Brasil

**STF forma maioria para manter restrições ao repasse de dados à Abin.** O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria na sexta (8) para fixar o entendimento de que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) não pode requisitar informações de órgãos públicos para atender interesses particulares. O caso está sendo julgado no plenário virtual da Corte. A ação foi movida pelo PSB e questiona decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que ampliou os poderes de requisição da Abin no ano passado. O plenário do Supremo já suspendeu a eficácia da mudança por meio de uma decisão liminar (provisória). Agora, discutem o mérito do caso. Fonte: Poder 360

## Último Foco

**FecomercioSP realiza evento sobre os impactos e as oportunidades da Inteligência Artificial nos setores público e privado.** A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em parceria com a Opice Blum Academy, promove, no dia 15 de outubro, das 8h às 12h30, o seminário [Inteligência Artificial em Perspectiva: Competitividade e Desenvolvimento](#). Em formato híbrido, o evento busca discutir os impactos da Inteligência Artificial (IA) na economia, nas atividades do setor público e na vida em sociedade, além das oportunidades de inovação proporcionadas pela tecnologia. Dividido em quatro painéis, o encontro contará com participações de ministros, autoridades, pesquisadores, diplomatas, consultores, empresários e profissionais de referência no assunto – confira a programação abaixo. O evento será mediado pelo consultor da FecomercioSP e advogado do escritório Opice Blum, Bruno e Vainzof Advogados, Rony Vainzof, e pelo diretor de Relações Políticas e Governamentais da Kyndryl e coordenador da Frente Empresarial em Defesa da LGDP e da Segurança Jurídica, Andriel Gutierrez. Fonte: ASCOM FECOMERCIO SP

**Comissão vai discutir fala do ministro da Educação contra educação inclusiva.** A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na sexta-feira (15) para discutir "o impacto das falas discriminatórias do ministro da Educação". O debate será realizado no



plenário 14, às 14 horas, e poderá ser acompanhado de forma virtual e interativa pelo e-Democracia. As deputadas Erika Kokay (PT-DF) e Maria do Rosário (PT-RS), que propuseram a realização da audiência, lembram que, em entrevista ao programa "Sem Censura" da TV Brasil, realizada em agosto passado, o ministro Milton Ribeiro declarou que "a criança com deficiência é colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprendia, ela 'atrapalhava' – entre aspas, essa palavra eu falo com muito cuidado – ela atrapalhava o aprendizado dos outros, porque a professora não tinha equipe, não tinha conhecimento para dar a ela atenção especial", citaram as deputadas. O ministro também declarou que a "universidade deveria, na verdade, ser para poucos". Fonte: Agência Câmara

**Casa Branca estuda 'declaração de direitos da inteligência artificial'.** A Casa Branca está estudando a "AI Bill of Rights", (em inglês, declaração de direitos da inteligência artificial). O objetivo é limitar os usos potencialmente prejudiciais dessa tecnologia. O nome faz referência a "Bill of Rights" –a declaração dos direitos fundamentais dos Estados Unidos, de 1789. Segundo o Axios, o departamento de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca lançou na sexta (8) um trabalho de apuração para examinar o reconhecimento facial e outras ferramentas tecnológicas. Fonte: Poder 360

**Plataforma consumidor.gov passa a receber queixas sobre redes sociais.** Instabilidades, erros, conteúdo excluído sem justificativas, vazamento de dados e golpes em redes sociais, como Facebook e o Instagram, agora poderão ser registrados na plataforma consumidor.gov. A medida decorre da portaria nº 12 de 2021 da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e começou a valer no mês de setembro. Segundo aponta levantamento feito pela Senacon, que é vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, as reclamações de usuários de redes sociais aumentaram 300% no período de janeiro a julho deste ano. Entre as principais queixas estão o registro de perfis falsos utilizando dados pessoais, o compartilhamento de dados não autorizados e a cobrança por produtos e serviços não solicitados. Fonte: Agência Brasil

**Ministro lamenta perda de recursos para ciência e tecnologia.** O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, lamentou na sexta-feira (8) o remanejamento de recursos da pasta para outras áreas, aprovado na quinta (7) pelo Congresso Nacional. O projeto retirou R\$ 690 milhões da pasta comandada por Pontes e repassou para outros ministérios. A mudança foi uma solicitação da área econômica do governo, em ofício enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com o corte, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações perdeu cerca de 90% do seu orçamento. O titular da pasta disse que vai buscar reverter as perdas com o presidente da República. "Ontem não foi um dia muito bom com relação a orçamento, falando do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, mas a vida da gente é assim, tem um dia bom, um dia ruim. Hoje é um dia muito bom. E eu tenho certeza, com o apoio do presidente Bolsonaro, ele apoia e gosta de ciência, nós vamos conseguir recuperar o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, e aumentar esse orçamento", afirmou Marcos Pontes na abertura da 1ª Feira Brasileira de Nióbio, realizada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP). Fonte: Agência Brasil

**Acusações de ex-funcionária do Facebook reacendem discussão sobre o papel das redes sociais.** Além da pane global que tirou do ar o Facebook na segunda-feira (4) por cerca de 6 horas, a rede social enfrentou um outro problema esta semana. Na terça-feira (5), uma ex-funcionária da empresa deu um depoimento explosivo no Congresso norte-americano. Para Frances Haugen, parte do ódio que permeia o mundo tem muito a ver com o Facebook. Por isso ela foi pedir ajuda. Haugen estudou computação e depois fez um MBA na Universidade de Harvard. Trabalhou em várias empresas de tecnologia até entrar para o Facebook, onde passou a trabalhar muito próxima dos algoritmos que fazem com que os produtos da empresa funcionem. Fonte: G1 Notícias

**Projeto aprovado pelo Congresso retira mais de R\$ 600 milhões de recursos para pesquisa.** Proposta aprovada pelo Congresso na quinta-feira (7) remanejou mais de R\$ 600 milhões do Orçamento, que anteriormente seriam utilizados para o financiamento de pesquisas, e destinou recursos para aplicações em outras áreas de sete ministérios. O projeto, modificado no Congresso a pedido do Ministério da Economia, gerou protesto de oito entidades ligadas à ciência no país. Em uma carta endereçada ao presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), as instituições apelam aos parlamentares que revertam a retirada de recursos do setor. "Dá-se com uma mão, para retirar com a outra. Nesse processo, agoniza a ciência nacional", afirmam as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.BR). Fonte: G1 Notícias

**Advogada tentou ocultar presença de assessor de Bolsonaro em depoimentos sobre 'milícia digital', diz relatório da PF.** A Polícia Federal apontou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que uma advogada tentou ocultar, nos registros oficiais, a presença do assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, na tomada de dois depoimentos no inquérito sobre a atuação de uma milícia digital no país. Martins esteve presente nas oitivas dos empresários norte-americanos Jason Miller – ex-assessor de Donald Trump e fundador de uma "rede social de direita" – e Gerald Brant, amigo da família Bolsonaro. Ao pedir mais prazo para concluir as investigações, na sexta-feira (8), a PF relatou que a advogada Milena Ramos Camara, que representava os dois empresários, pediu aos policiais para não registrarem a presença de Filipe Martins na sala de oitivas. Fonte: G1 Notícias

**CPI deve apontar Carlos Bolsonaro como articulador de rede de fake news.** O relatório final da CPI da Covid vai usar informações de 16 depoimentos prestados à Polícia Federal e encaminhados à comissão para indicar Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) como articulador da rede bolsonarista de distribuição de notícias falsas e desinformação. Com base nos relatos, a conclusão da apuração também deve apontar o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) como elo da rede com supostos financiadores, entre eles os empresários Otávio Fakhoury e Luciano Hang. A comissão deve mostrar a partir das informações que Carlos Bolsonaro debate as estratégias de produção de divulgação de fake news com o assessor para assuntos internacionais da Presidência, Filipe Martins. Este, por sua vez, será apontado como responsável por repassar as ordens a integrantes do chamado "gabinete do ódio". Fonte: Valor Econômico

**Facebook diz que pode permitir que reguladores acessem seus algoritmos.** O vice-presidente do Facebook para assuntos globais, Nick Clegg, disse no domingo que a empresa deve adotar novas ferramentas de gestão de seus aplicativos para afastar adolescentes de conteúdos prejudiciais. A declaração ocorre no momento em que parlamentares americanos analisam como a rede social e suas subsidiárias, caso do Instagram, afetam a saúde mental dos jovens. Clegg também afirmou que a companhia está aberta à ideia de permitir que reguladores tenham acesso aos algoritmos usados para amplificar o alcance das postagens em suas redes. Os algoritmos "têm que ser cobrados, se necessário, pela regulação, para que as pessoas possam comparar o que nossos sistemas dizem que eles devem fazer com o que realmente acontece", disse Clegg ao programa State of the Union da emissora CNN. Fonte: Valor Econômico

**BNDES apoia criação de centro de pesquisa e desenvolvimento para novos produtos de telecomunicação.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento à DPR Telecomunicações (DPR) para a criação de um novo centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a realização de investimentos na expansão e modernização da sua unidade fabril, localizada em Sorocaba (SP). O apoio permitirá que a empresa desenvolva e fabrique novos produtos e soluções para o setor de telecomunicações. Com o projeto, mais de 40 postos de trabalho diretos serão criados, elevando o número de contratações para aproximadamente 300 funcionários até o final do ano. A operação, no valor de R\$ 30 milhões, utilizará recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que apoia investimentos em inovações tecnológicas de empresas nacionais de telecomunicações, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira do setor. Fonte: ASCOM BNDES

**Os tipos penais que a CPI encontrou para enquadrar as fake news da pandemia.** Os consultores do Senado que auxiliam a equipe de Renan Calheiros na feitura do relatório final da CPI encontraram dois tipos penais para enquadrar quem espalhou desinformação durante a pandemia. O primeiro deles será o artigo 268 do Código Penal: descumprimento de norma sanitária. O segundo será o artigo 286, incitação ao crime de descumprimento de norma sanitária. O descumprimento prevê pena de detenção de 3 a 6 meses, ou multa, e a incitação prevê pena de detenção de 1 mês a 1 ano, e multa. Fonte: Metrôpoles

**Rio recebe central de reciclagem de lixo eletrônico.** Rio de Janeiro recebe, nesta semana, uma central de coleta e reciclagem de lixo eletrônico. A capital fluminense será a sétima cidade brasileira a ofertar esse serviço para a população. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a meta é que, até o fim de novembro, pontos semelhantes estejam instalados em um total de dez capitais. As centrais começaram a ser instaladas em junho deste ano e, segundo o MMA, já estão presentes em Campo Grande, Florianópolis e Vitória, no Distrito Federal, em Maceió e Manaus. No Rio, a central será inaugurada quinta-feira (14). Curitiba, Goiânia e Fortaleza serão as próximas capitais a receber o serviço. Fonte: Agência Brasil

**MEC lança ferramenta que avalia nível de aprendizagem dos estudantes.** Avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e identificar aqueles que precisam de um reforço no ensino. Foi para isso que o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou a ferramenta Avaliações Formativas, direcionadas ao ensino fundamental, anos iniciais e finais. A plataforma foi desenvolvida em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e está disponível tanto para rede pública quanto para a particular, caso haja interesse. Fonte: Governo do Brasil

**TSE e USP firmam convênio sobre pesquisa de tecnologias aplicadas ao sistema de votação.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Universidade de São Paulo (USP) firmaram convênio de cooperação técnica que prevê o intercâmbio de conhecimento e atividades de pesquisa e inovação em tecnologias emergentes aplicadas ao sistema eletrônico de votação da Justiça Eleitoral. A ideia com a parceria é promover a criação de um sistema ainda mais transparente para as eleições. Também estão previstas no acordo – que terá a duração inicial de 12 meses – análises e avaliações dos sistemas eleitorais e do hardware das urnas eletrônicas, com o objetivo de implementar melhorias na segurança dos softwares e equipamentos utilizados no processo eleitoral. Os trabalhos serão executados pela equipe do Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores (Larc) do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP. Fonte: Portal STE

**TSE abre testes de sistema de segurança das urnas eletrônicas.** O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) abriu na segunda-feira (11) a inspeção dos códigos-fonte das urnas eletrônicas. Esta é uma etapa preliminar da edição 2021 do Teste Público de Segurança (TPS) do sistema eletrônico de votação brasileiro, que será realizado entre os dias 22 e 26 de novembro. A etapa inicial, de inspeção dos códigos-fonte, vai até 22 de outubro. A segurança das urnas eletrônicas foi um dos temas usados pelo presidente Jair Bolsonaro para atacar o Poder Judiciário. Ele questionou a segurança do sistema brasileiro, sem, no entanto, apresentar indícios de fraudes. Fonte: Correio do Povo

**Teles pedem tratamento isonômico em projetos a serem subsidiados pelo FUST.** Com 19 contribuições, a Anatel concluiu, na noite da quinta-feira, 7, a consulta pública que teve como objetivo receber contribuições à proposta de alteração do regimento interno da agência, visando a adequação à nova lei de uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), aprovada no ano passado. Para a Conexis Brasil Digital, um dos pontos de atenção da agência deve ser o de tratamento isonômico dos projetos a serem subsidiados, em relação aos apresentados pelas iniciativas públicas e privadas. No entendimento da entidade que representa as grandes teles, no momento da avaliação dos projetos, programas e atividades devem ser observados critérios de eficiência técnica e econômica, inclusive quanto a critérios de preço, qualidade, tecnologia, racionalidade, compatibilidade, desempenho, prazo de entrega e assistência técnica, incorporando a observância de princípios de eficiência. Fonte: Tele Síntese

**Novo marco legal da TV paga estará vinculado a plano fiscal do Ministério da Economia.** Com a consulta pública para elaboração do novo marco legal prevista para ser encerrada na próxima semana, o Grupo de Trabalho que está responsável por esta tarefa ainda tem algumas tarefas de adequação do conteúdo do material a ser produzido. Segundo Nathalia Lobo, diretora do departamento de Políticas para Telecomunicações do órgão e que está à frente do GT, na questão da racionalização dos tributos o grande parceiro é o Ministério da Economia que vai permitir que o setor seja olhado como um todo do ponto de vista fiscal. “A questão tributária é muito complexa, ainda mais na forma das simplificações tributárias que podem ser feitas nesse momento”, disse a executiva. Ela lembrou que o veto feito pelo presidente Jair Bolsonaro a artigo da medida provisória que isentava os serviços de streaming da cobrança do Condecine aconteceu justamente por uma questão fiscal que vem tensionando toda essa questão. O veto, entretanto, foi derrubado pelo Congresso Nacional. “Em termos tributários, é preciso que seja atendida a legislação fiscal como um todo”, ressaltou. Fonte: Tele Síntese

**5G: o setor de Telecom é prioridade do Governo Federal, diz Faria.** “O leilão do 5G vai acabar com os “desertos digitais” e garantir internet em todos os lugares do Brasil. O setor de telecomunicações é uma prioridade do governo federal.” A declaração foi dada pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria, na sexta-feira (8), ao participar da inauguração do complexo de laboratórios de conectividade no Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Tecnológico em Telecomunicações (CPqD), em Campinas. O local será referência em

5G no Brasil. Faria afirmou que dos mais de R\$ 49 bilhões previstos para serem arrecadados com o leilão, a maior parte será investida em infraestrutura. “Cerca de R\$ 40 bilhões serão investidos no setor de telecom, que é uma prioridade do governo federal. Os demais 20% serão direcionados à União”. O leilão está marcado para 4 de novembro. Fonte: Tele Sintese

**Questionamentos ao edital incluem metas, compartilhamento e antecipação.** Os questionamentos que estão sendo feitos à Anatel em relação ao edital de 5G, como era de se esperar, incluem uma variedade de temas e dúvidas que, no final das contas, serão importantes para a definição da estratégia das operadoras para o leilão e, posteriormente, para suas estratégias comerciais. Há desde questões bem práticas e operacionais até questionamentos mais conceituais. Este [noticiário](#) conversou com alguns dos atores que apresentaram perguntas e levantou alguns tópicos, dos quais destacam-se alguns: os pedidos de impugnação apresentados não são críticos. São aspectos que acabaram "sobrando" nos termos de autorização de minutas anteriores, mas que foram derrubadas do edital. Erros de forma que podem ser facilmente sanados; o questionamento sobre as condições de antecipação do uso da faixa de 3,5 GHz era esperado, mas não partiu das operadoras. Elas preferem manter o tema em aberto para poderem discutir depois. Um questionamento agora poderia induzir uma resposta da Anatel. Fonte: TeleTime

**CPQD inaugura complexo de laboratórios para atender demandas de 5G.** O CPQD inaugurou na sexta-feira, 8, o novo Complexo Laboratorial de Conectividade, um centro que abriga em Campinas (SP), próximo à sede da empresa e no mesmo prédio que abriga a câmara semianecóica da entidade, ambientes com infraestrutura para ensaios de equipamentos, redes e sistemas de comunicação. A ideia é atender as demandas de mercado por novas tecnologias, como 5G, Open RAN e análises de cibersegurança de redes. Em funcionamento desde julho, o complexo integra 12 laboratórios construídos ao longo dos anos. "Mas nos últimos meses, para trazer a tecnologia 5G e modernização no laboratório, com metodologias 'lean' de produção, o investimento foi de aproximadamente R\$ 6 milhões, próprios do CPQD", destacou o diretor executivo de soluções tecnológicas e consultoria da empresa, Frederico Nava. Fonte: TeleTime

**ANPD firma primeiro acordo internacional e ingressa em fóruns globais.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados firmou nesta semana seu primeiro acordo internacional formal, com a Agência Española de Protección de Datos – AEPD. Trata-se de um memorando de entendimento entre as duas agências que busca promover o desenvolvimento de ações conjuntas na divulgação e na aplicação prática da regulamentação de proteção de dados. Além da assinatura do termo com a Espanha, a ANPD deu outros dois passos relevantes para a presença internacional da agência de proteção de dados brasileira, com o ingresso em dois fóruns multilaterais: a Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados e a Global Privacy Assembly (GPA). A Rede Ibero-Americana, criada em 2003, reúne atores públicos e privados e desenvolve iniciativas com a finalidade de manter e fortalecer um constante intercâmbio de informação, experiências e conhecimentos, bem como, como promover os avanços legislativos necessários à regulação sobre proteção de dados pessoais. Fonte: Convergência Digital